



Poder Legislativo do Município da Lapa Estado do Paraná

ATA DA SESSÃO ESPECIAL DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO ADRIANO HAMERSCHMIDT.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco reuniu-se em Sessão Especial no Plenário Vereador César Augusto Leoni após o encerramento da Sessão Ordinária, o Poder Legislativo Municipal da Lapa sob a presidência do Vereador Leandro Pierin Borges da Silveira, Secretariado pelos Vereadores Marco Antonio Bortoletto “ad hoc” e Dirceu Rodrigues Ferreira, presente os Vereadores: Antonio Luiz Carlos Cavalini, Marco Antonio Bortoletto e Juciel Vilmar Jungles dos Santos.

Dando início a Sessão Especial o Senhor Presidente Leandro Borges passou a palavra ao Secretário de Finanças e Planejamento.

Por questão de ordem o Vereador Cavalini disse que este Vereador fez o convite ao Secretário evidentemente não com o intuito de inquisição, mas pesam que é muito salutar quando técnicos da administração possam vir nesta Casa de Leis e falar do seu planejamento e ainda mais o Secretário Adriano que foi um sonhador em planejamento, esteve ao seu lado aqui quatro anos e demonstrou isso durante essa trajetória de vida legislativa. Enquanto os Vereadores convocam ou convidam no caso aqui é um convite com todo o respeito trazendo aqui técnicos para esclarecimento público é preciso que o público saiba que não é uma inquisição, uma especulação, não é no sentido de fiscalização, mas sim de dar um rumo melhor para a própria administração, de procurarem olhar para o futuro na questão dos números, então pede ao Secretário que se sinta em casa e fique aqui entre amigos e que possam discutir a partir desse momento o planejamento financeiro para o Município. Agradeceu a presença, como convocante ou convidante tinha a obrigação de fazer esse esclarecimento.

Com a palavra o Secretário de Finanças e Planejamento Adriano Hamerschmidt disse que não sabia que a noite podia ser de emoções, mas os Vereadores Cavalini e Marco Antonio Bortoletto e próprio Vice-Presidente desta Casa, no exercício da presidência e também tecendo vários elogios a sua pessoa somente tem a agradecer a todos os Vereadores e dizer que sempre foi um prazer conviver nesta Casa assim como é um prazer novamente retornar nesta noite, a sua saudação ao Vereador Antonio Luiz Carlos Cavalini que foi o autor do convite que foi convalidado por todos os Vereadores desta Casa o seu agradecimento, quer agradecer também a atitude voluntária dos colaboradores da Secretaria de Finanças e Planejamento que se fazem presentes aqui dão sustentação para a Secretaria no dia a dia para que ela funcione bem e mais uma vez dão prova dessa sustentação também em todas as atividades da Secretaria seja ela dentro da Prefeitura ou fora dela como é o caso dessa noite aqui na Câmara Municipal. Não é diferente como já aconteceu com outros Secretários que aqui estiveram é sempre uma honra para o governo Miguel Batista fazer com que os seus representantes, porta-vozes estejam presentes no Poder Legislativo, como ex-vereador sabe muito bem reconhecer a importância, o valor que tem o Vereador e a instituição Poder Legislativo Municipal da Lapa a contribuição que esta instituição tem dado e pode dar ainda mais para o desenvolvimento da cidade. Percebe nesta noite que a taxa de frequência popular também parece que aumentou isso dá prova e quer aqui já iniciar as suas palavras parabenizando este novo Poder Legislativo porque isso dá prova de que o Poder Legislativo passa a ser mais interessante para a população e passa a ganhar importância na vida do cidadão, então é com bons olhos que vê que a taxa de frequência durante as Sessões nas terças-feiras a noite tem aumentado, já esteve aqui como espectador e já pode perceber justamente isso. O tema hoje aqui é basicamente tratar sobre a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias que se encontra tramitando nesta Casa, organizaram na Secretaria de Finanças e Planejamento hoje uma pequena apresentação feita em slide. Gostaria de solicitar a autorização do Presidente e aos Vereadores para possibilidade para apresentar as idéias, concepção de Secretaria, enfim os assuntos que organizaram para essa noite, para isso gostaria de convidar a Assessora Técnica Contábil da Prefeitura do Município da Lapa para que lhe auxiliasse nesse trabalho tendo em vista que tem aqui a Senhora Sumaia Maria Dawagi dos Santos e o Senhor Edson Luiz da Silva nesta data especificamente o assunto tem mais haver com o Departamento de Contabilidade. O Vereador Cavalini sinalizou uma tendência do que envolve um pouco a



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 02

explicação hoje e até numa oportunidade que se encontraram na rua o Vereador Cavalini disse para apresentar alguma coisa a mais do que a Lei de Diretrizes traçar assim uma concepção a respeito das peças orçamentárias, então gostaria de iniciar rapidamente tentando mostrar para os espectadores e Vereadores o que é a Secretaria de Finanças e Planejamento e até utilizam na Secretaria de Finanças e Planejamento uma proposta de ação, foi o que apresentaram ao Prefeito Miguel Batista e que ele inicialmente aprovou para que fosse estabelecido como meta de trabalho, então a Secretaria de Finanças e Planejamento como o próprio nome já diz possui dois braços das finanças e do planejamento, no braço das finanças em termos de responsabilidade e de tarefas, afazeres não necessariamente a estrutura administrativa não distribuindo por departamento, não necessariamente isso, mas em termos de responsabilidade, as responsabilidades no aspecto das finanças a gestão financeira, tributária, contábil, fiscal e controle e auditoria isso de certa forma prevista em lei e em algum nível ampliado de acordo com as reuniões e as conversas que tiveram com os Diretores de Departamentos e por extensão com os funcionários. No braço do planejamento terão então uma gestão orçamentária que é nessa responsabilidade que faz estar esta noite aqui muito bem acompanhado com todos, depois tem a gestão do macro planejamento, micro planejamento de política econômica e de política tributária, gostaria de fazer um breve comentário de cada item desses. Secretaria de Finanças e Planejamento no campo das finanças a primeira responsabilidade gestão financeira que são as atribuições gerir a gestão da receita e da despesa no plano físico do dinheiro, do cheque, ordem bancária enfim que envolve várias atribuições que começam no Cadastro passam pela Tesouraria, Contabilidade enfim definir a política financeira basicamente ela se traduz em prestação de serviços para pagamento com quinze dias, aluguel com dez dias, grandes aquisições, compras diversas com trinta dias e a meta que graças a Deus até aqui estão conseguindo cumprir, valores até cinco mil reais pagar no máximo trinta dias. Também a responsabilidade da arrecadação e dos repasses que vai para a Fiscalização Tributária para o Departamento de Cadastro e Tributação que lança os impostos, a Tesouraria propriamente dita está aqui o Senhor Antonio Fernando Ferrari que é o Diretor do Departamento de Tesouraria, Marcos Melquior C. Berghauer Diretor do Departamento de Cadastro Tributação e Fiscalização e a Cláudia Andréa Kugeratski Carneiro que é a Diretora do Departamento de Fiscalização Tributária. Orientações a fornecedores quanto é que vão pagar, porque que vai pagar, se não vai pagar enfim e as relações com as instituições financeiras diariamente isso é praticamente todo dia tem relações diversas com as instituições financeiras abrir e fechar conta, pagar e sacar. Na questão da gestão tributária imaginam que uma das responsabilidades nesse campo seja a aplicação propriamente dita da Legislação Tributária, ou seja, o arcabouço de leis em termos de tributos municipais ele já existe, então a responsabilidade é aplicar essa legislação tributária o que o departamento tem feito assim com bastante eficiência, por outro lado também à fiscalização tributária propriamente dita o Município exercendo o poder de polícia entregando alvará como é agora uma das principais missões que estão envolvidos os fiscais já aproveitando para passar orientações. A tese do Governo Miguel Batista é que realmente que a fiscalização ela seja muito mais orientativa tentando orientar o contribuinte qual a forma correta dele trabalhar, recolher os seus impostos, qual a importância disso, o que não é devido que não precisa recolher também tem uma preocupação nesse sentido, cadastro e lançamento também na questão da responsabilidade da gestão tributária aqui cabe um apelo aos Vereadores e também a comunidade presente o Departamento de Cadastro e Tributação já vem algum tempo num esforço enorme para fazer o recadastramento das pessoas porque uma das obrigações que terão a partir de dois mil e cinco, quando chegar no final do ano vão ter que prestar um relatório eletrônico do tipo SIM AM da Contabilidade para o Tribunal de Contas de quais são as pessoas que estão cadastradas como empresário, IPTU enfim e nesse cadastro obrigatoriamente tem que seguir o CPF estão num esforço grande de convocar a população, os contribuintes para que venham fazer o seu recadastramento, a taxa está em torno de cinquenta por cento mais ou menos de retorno de resposta da população, então se os Vereadores puderem auxiliar nessa tarefa



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata da Sessão Especial

Fl. 03

agradecem. A relação com os profissionais da Contabilidade e as Assessorias Tributárias em geral aqui abre um parêntese não somente porque a sua esposa é Contadora, mas também por ter trabalhado dentro de um escritório de Contabilidade e conseguiu identificar uma necessidade de uma maior conversa entre a Secretaria de Finanças e Planejamento e os Contadores que são os profissionais da Contabilidade, os profissionais de assessorias tributárias em geral para tentar muitas vezes explicar o porque que aquele papelzinho que de repente pode não representar muito mais que para o Município é importante e da mesma forma para abrir um leque de ouvir os Contabilistas isso tudo está dentro de um plano de metas que também estão estabelecendo, ouvir os Contabilistas no que podem melhorar, de que forma podem tornar a Secretaria de Finanças mais próxima das respostas que eles precisam, tem um desafio muito grande que também ao mesmo tempo é muito caro, mas já tem caminhado nesse sentido de tentar colocar várias coisas da Secretaria na *internet*, acha que é um clamor básico das empresas, dos empresários, dos contribuintes e também dos Contadores para que as certidões, os documentos possam ser acessados via *internet* como é o caso de outras esferas do governo Receita Estadual, Receita Federal é uma coisa cara, mas seguramente está na visão tem alguns desafios anteriores a esse tipo de implementação, mas se Deus abençoar chegarão lá. Também nessa responsabilidade da gestão tributária a inscrição e a instrução para a execução de dívida ativa, infelizmente historicamente principalmente os prefeitos antes da Lei de Responsabilidade Fiscal acabavam não cobrando os impostos que são devidos para o Município, porque todo mundo sabe onde é a casa do prefeito, então se faz uma execução judicial no dia seguinte a pessoa está reclamando na casa do prefeito. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal isso se tornou missão obrigatória, então não há como escapar se o Adriano ficar devendo vai ser inscrito em dívida ativa nesse sentido, somente que a concepção é voltada para aquela intenção da orientação, então os contribuintes são chamados, incitados várias vezes primeiramente para tentar resolver na via administrativa com parcelamento, enfim como todo um rol de possibilidades até chegar em última instância que seja o envio para o Poder Judiciário inscrito em dívida ativa. Como havia falado no começo em fiscalização tributária uma das responsabilidades é exercer o poder discricionário e o poder de polícia, o poder do discricionário seria mais ou menos não se pode abrir mão de exercer a sua tarefa de fiscalização, mas pode-se priorizar setores que no momento pareçam mais importantes isso seria uma forma de exercer o poder de discricionário e o poder de polícia é aquele que chega lá e faz a notificação ou auto de infração caso a Legislação não seja cumprida. Ainda no braço das finanças a gestão contábil e fiscal é lógico que isso aqui é somente um resumo de tudo o que fazem, mas a responsabilidade principal básica que seria a Contabilidade Pública e também a gestão da receita e da despesa, mas no ponto de vista do registro contábil e também desde o início da geração de despesa até o seu efetivo pagamento pela Tesouraria que passa a necessariamente em alguns casos pela licitação, mas basicamente ouve falar em empenho e liquidação e pagamento, tem os relatórios da Lei Quatro Mil Trezentos e Vinte como responsabilidade são dezoito relatórios e que tem que ser apresentados anualmente, alguns deles são bimestrais, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal que é a Lei Complementar Cento e Um que daí mais em torno de uns oito, nove relatórios basicamente quem sabe até mais, relatório da execução fiscal, gasto com a despesa e se repete depois para o Fundo de Previdência conjugada com a Lei de Crimes Fiscais a Lei dez mil e vinte e oito barra dois mil, aonde que tiveram a oportunidade de discutir isso no ano passado ainda quando era Vereador da quantidade são cento e treze possibilidades de punição para o administrador público para o ordenador da despesa que a Lei de Crimes Fiscais pode alcançar se ele não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal ela não preocupa tanto porque ela apenas amplia um pouco o alcance da Lei quatro mil trezentos e vinte repete muita coisa dessa Lei de mil novecentos e sessenta e quatro, mas a Lei de Crimes Fiscais vem introduzir então o crime e não há crime no Brasil sem Lei anterior que o defina, então a partir de outubro de dois mil estão definidos os crimes, as penas e se não cumprir pode ir até para a cadeia ou devolver dinheiro, tudo o que ganhou durante um ano e assim por diante. Tinha falado da gestão contábil da receita



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata da Sessão Especial

Fl. 04

e da despesa seria registrar tudo o que entra e sai e no campo da receita ela também começa pela Tesouraria com classificação e assim por diante e uma das responsabilidades também é levantar calcular a capacidade de endividamento do Município e por consequência a margem de auto financiamento, essa capacidade de endividamento é a que determina, possibilita de acordo com a Resolução do Senado um Município realizar operações de créditos, pedir dinheiro emprestado para realizar determinadas obras ou não e a margem de auto financiamento então é justamente quanto o Município precisa para se auto financiar se a necessidade de recursos é maior do que ele gasta seguramente ele vai ter problema, vai ter que emprestar dinheiro para pagar pessoal o que seria um absurdo, então a margem de auto financiamento teria que ficar em torno de setenta e cinco, oitenta por cento da receita para sempre ter uma margem para investimento. No braço das finanças agora em termos de gestão de controle e auditoria, confessa aos Vereadores e aos presentes que é ainda um braço uma das responsabilidades que nesses quatro meses ainda não tiveram tanto tempo para atacar embora tenham acompanhado e fazendo o controle especialmente da execução financeira, a intenção é aproveitar a lei que foi aprovada no ano retrasado criando o controle interno no Município, esse controle interno segundo a Lei terá que ser exercido por um funcionário de preferência mais antigo que nunca tenha tido nenhum tipo de indisciplina, nunca tenha sido penalizado e que tenha Curso Superior na área Contábil, Administração, Direito e Ciências Sociais de uma forma em geral, isso é com o tempo ainda irão implementar se tudo correr bem, nessa responsabilidade então teria daí as relações com o controle externo que é exercido pelos Vereadores que são o controle externo do ponto de vista do Município e auxiliados a Câmara Municipal da Lapa auxiliada pelo Tribunal de Contas do Estado e aí se colocar alguns exemplos como as prestações de contas que vem tanto para esta Casa como para o Tribunal aí as Audiências Públicas que são realizadas para avaliar as metas. Também existe nesta concepção a responsabilidade pelo controle e pela auditoria da gestão de fundos por exemplo o Fundo de Previdência embora o Instituto seja independente ele tenha lá sua Comissão Fiscal para cuidar do Instituto também há uma possibilidade de haver algum auxílio nessa responsabilidade, também o controle e auditoria dos contratos, dos convênios e dos investimentos. Existe ainda a necessidade das relações com instituições beneficiadas por financiamentos, reembolsáveis e não reembolsáveis de diversas fontes, com o aval da Câmara Municipal que sempre se prestou de forma coerente nesse sentido têm oferecido a instituições filantrópicas principalmente subvenções sociais para poderem manter as suas atividades, essas instituições no Município até aqui então tem somente esse tipo de financiamento de ajuda de subvenção não reembolsável, a instituição pega e somente presta conta, mas há possibilidade de no futuro havendo margem financeira para isso de se estabelecer, por exemplo, uma linha de financiamento para empresas, micro e pequenos empresários no sentido de oferecer algum financiamento que possa então ser reembolsável a taxa de juros que possa ser sustentada. Tem uma outra intenção também inclusive o Comandante do 15º GAC AP Tenente Coronel João Eliseu Souza Zanin abraçou a idéia ela surge via Sisson, mas tem também um certo interesse do Município em capacitar as pessoas que fazem a gestão das instituições filantrópicas do Município para poder possibilitar a exemplo da APAE que está mais do que treinada tem auxiliado muito na elaboração dos projetos e muitas vezes até olha veio dinheiro agora acha que não estão precisando mais está até brincando aqui, mas para comida não precisa mais dá para trocar esse dinheiro para outra coisa, então imaginem isso transferido para todas as outras instituições, estão assistindo agora a necessidade do Lar e Educandário a preocupação que está na eminência de perder aquele repasse da verba que vem do exterior não lembra necessariamente o País, a intenção é montar um esforço Prefeitura, o Exército, o Sisson, a sociedade como um todo no sentido de capacitar de dar condições para que essas pessoas, essas instituições pleiteiem os seus próprios recursos em outras esferas de governo também sem o prejuízo e a necessidade de cancelar o auxílio que o Município já oferece. O segundo braço dentro da Secretaria de Finanças e Planejamento o próprio Planejamento, sabe-se divulga-se e comenta-se que a gestão orçamentária para a entidade pública é uma das possibilidades melhores de planejamento, nessa



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 05

responsabilidade estaria o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento anual, evidentemente que a Secretaria de Finanças acaba reunindo esforço que tem que ser obrigatoriamente integrado com todas as Secretarias tanto as Secretarias afins como as Secretarias meio, então a Contabilidade a Secretaria de Finanças acaba organizando essa questão do Plano Plurianual gerindo mais naturalmente ela deve contar com a colaboração de todas as unidades orçamentárias, nessa responsabilidade, o interesse em que haja análise, controle, avaliação e o acompanhamento dos custos de execução dos programas e daí a análise, a conveniência da criação de fundos especiais, se precisam ou não para financiar isso ou aquilo, confessa que esse braço chamado gestão orçamentária no Planejamento é um dos que tem mais atacados nesses quatro meses, não pode também deixar de comentar porque seria uma injustiça tremenda com a Diretora do Departamento de Planejamento, Orçamento, Projetos e Convênios a Senhora Márcia Aparecida Uhlik em relação ao que tem sido feito em termo de pleito de projetos, orientação para a gestão dos projetos e convênios que vem de outras esferas e depois a prestação de contas e também para o seu Assessor Especial de Secretaria que agora está imbuído numa missão emergencial diria de apoio a essa idéia tendo em vista que existe vários projetos e convênios que estão expirando o prazo uns até segunda-feira inclusive ele esteve em Brasília entregando documentações e trouxe a informação de como é importante estar em Brasília para entregar a documentação porque falta um detalhe aqui um ali tem sempre alguém para segurar e não perder o recurso, até brincava com ele se tudo der certo se Deus abençoar não é nenhum anúncio oficial, mas nunca é demais de comentar que esse menino deve ter vindo com em torno de dois milhões de reais embaixo do braço para aplicação especialmente em dois mil e seis, se tudo correr bem essa é a meta. Gestão de macro planejamento entendem que seria uma responsabilidade da Secretaria de Planejamento aonde o Município estaria olhando de si para a sociedade numa concepção bastante local, regional, estadual, nacional, internacional, global e até tem brincado às vezes com os seus funcionários porque não universal pensar em marte daqui a pouco vai estar disponível dado ao avanço tecnológico, lógico que isso é só uma brincadeira, mas é a concepção do Município olhando dele para fora, relações com outras esferas de governo e com organizações não governamentais que é aquela estratégia do pensamento que tem de dar um apoio para os pleitos possam ser feitos diretamente ao Governo Federal e Estadual e descobriam também que existe recursos sendo disponibilizados para organizações não governamentais de embaixadas como do Japão, Alemanha, Inglaterra, mas são questões como estão falando de planejamento que estão pretendendo vislumbrar lá na frente. Também as ações integradas que falou da integração entre as Secretarias, mas aqui especialmente do Município com as outras instituições visando o desenvolvimento econômico local e regional, este seria o cordão umbilical com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico que hoje é muito bem gerida pelo vice-prefeito e Secretário Municipal Mansur Daou. Ainda no planejamento outra responsabilidade seria a gestão do micro planejamento porque separar em macro e micro se o macro é o Município olhando de si para fora o micro planejamento seria o Município olhando de si para si mesmo, especialmente o Poder Executivo olhando de si para si mesmo aí onde poderiam estabelecer algumas prospecções para eficiência e eficácia que são dois tópicos que a Lei de Responsabilidade Fiscal permitiu evidenciar e pretendem atingir esses objetivos também em termos de eficiência e eficácia. Tem uma corrente que defende se é eficaz automaticamente subentende-se que é eficiente que seria fazer bem feito isso é ser eficiente e ser eficaz é fazer o que precisa ser feito e entendem então que o objetivo, desafio é fazer bem feito o que precisa ser feito as duas coisas, é lógico que tem dificuldades são seres humanos tem desafios, então mas o objetivo pelo menos procura estabelecer seria isso, e quem sabe porque não pensar num fluxograma a Moro dos Santos que é Fiscal Tributária está aqui fez Administração pode lhe ajudar na organizações de métodos, aquela questão de se poder de repente produzir a informação que seja necessária, então porque que esse papel tramita por tantos setores, ele precisa tramitar por todos esses setores ou não e o Jurandir Gomes da Silva e a Mareci Adeli Barbosa Nunes dos Santos sabem bem o drama que é nessa questão o caminho muitas vezes do alvará ele percorre



Poder Legislativo do Município da Lapa Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 06

necessário e agora estão entendendo até que há necessidade de incluir mais uma fase, mas isso tudo então seria nessa concepção de organizações e métodos no sentido de que as informações sejam produzidas porque são necessárias e porque alguém vai utilizar e quem sabe cominar num sistema de informações gerenciais integrado para que possam então melhorar, já é boa mas o objetivo é sempre melhorar a qualidade da informação interna no Município. Outra responsabilidade seria gestão de política econômica numa concepção ainda bem maior, alguns instrumentos de política monetárias são atribuídas basicamente ao Banco Central ao Governo Federal que é política cambial, habitacional, infra-estrutura, enfim as políticas públicas de uma forma geral e no ponto de vista do planejamento também não poderiam perder de foco esse tipo de atenção por isso relacionaram ali o que poderia haver da contribuição em termos de bem estar social, habitação, saneamento com vista a melhoria da qualidade de vida da população, não há muita margem de manobra nesse tipo de responsabilidade, mas ela faz parte na lei do rol de atribuições da Secretaria e a questão da gestão de política tributária. Ainda pouco no braço das finanças viram a responsabilidade da gestão tributária que é aplicar aquilo que já tem, a gestão de política tributária teria como responsabilidade as prospecções os estudos, por exemplo, para incentivos fiscais, já estão há quatro meses a Roseane Terezinha Colaço da Cruz que é a Chefe da Divisão do Bloco do Produtor, sabe acompanha tem prestado as informações que são necessárias o Jamel Sultane também que é o Consultor e Assessoria Técnica Bloco do Produtor Rural do software dessa responsabilidade de um projeto que tem que por enquanto ainda é embrião no sentido de favorecer o agricultor com relação as questões voltadas a sua área territorial, mas ainda está no papel já conversaram com o Secretário de Meio Ambiente Senhor José Luiz de Castro está disposto auxiliar e possivelmente poderá fazer parte do próximo Plano Plurianual que deverá chegar a esta Casa como um dos programas se conseguirem as informações que ainda faltam, então esta seria a responsabilidade da gestão de política tributária. Lembra que numa das últimas Sessões da Câmara Municipal no ano passado os Vereadores que iriam permanecer nesta Casa, inclusive o Vereador João Renato como havia já um pré anúncio de que assumiria a Secretaria de Finanças lhe cobraram o novo Código Tributário, então isso está latente, está batendo no ouvido diariamente e essa seria uma responsabilidade da gestão de política tributária, estão tentando os instrumentalizar nesse sentido para que possam oferecer depois de muita discussão preferencialmente seis, sete meses aí de discussão, o tempo está passando possivelmente não possa ser feito em dois mil e cinco, mas tem lá como um objetivo redigir o novo Código Tributário, então seria o pensamento daqui para a frente. Planejamento é a base de tudo, inclusive na gestão fiscal, se ele tiver uma base sólida compatível com a receita adequada a solução dos problemas do Município contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como para melhoria da qualidade do gasto público, quanto mais planejamento melhor será investido o dinheiro. Algumas das ferramentas do planejamento são as peças orçamentárias, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária. O Plano Plurianual ele é definido por programas cada programa possui vários projetos e várias atividades conforme a necessidade, cada projeto ou atividade possui "n" ações que é onde vão estar estabelecidas as metas e quais os objetivos e como chegar lá, então o Plano Plurianual é um instrumento de planejamento estratégico do Poder Público, pois dele deriva a Lei de Diretrizes e Lei Orçamentária parece que meio equivocado porque primeiro tem que apresentar no Poder Legislativo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas é por força da Constituição Federal, o ideal seria que primeiro apresentassem o Plano Plurianual, depois a Lei de Diretrizes e depois o Orçamento, mas infelizmente por força constitucional primeiro vem a Lei de Diretrizes no primeiro ano de governo para depois vir o PPA e aí seguramente teriam que definir regras e possibilidades para o acompanhamento e a avaliação desses programas, dessas ações desses projetos, estão atingindo os seus objetivos permitindo então a verificação da efetividade alcançar os resultados esperados bem como a revisão das metas e os objetivos se necessários. Constituição de programas a idéia do programa de projetos de atividades vivem numa sociedade que é composta por pessoas, famílias e empresas essa sociedade ela tem problemas,



Poder Legislativo do Município da Lapa Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 07

oportunidades e, portanto tem demanda, cada demanda dessa tem uma causa por isso causa um, dois, três com base se conhecerem os problemas e as causas poderão estabelecer objetivos, metas, como resolver, potencializar a oportunidade, resolver o problema, atender a demanda essas seriam as respostas que buscarão nessa estratégia de planejamento e as ações definiriam indicadores como chegar lá e como pode se medir se está alcançando ou não o determinado objetivo por isso o indicador, atender quantas famílias que é o número de famílias atendidas, essas ações daí se traduziriam em ação um, dois, três cada ação teria como foco atingir, resolver ou oportunizar as causas daquele problema oportunidade ou demanda e o grande beneficiado disso seguramente seria novamente a sociedade onde estão as pessoas, as famílias e as empresas e novamente iniciaria o ciclo porque as demandas, as oportunidades e os problemas nunca vão acabar, isso se transforma então em um ciclo. Direcionadores do desenvolvimento regional falava daquele cordão umbilical que tem lá com o Mansur pensando assim numa concepção maior uma vez que pudessem integrar Município e as instituições que existem de que forma então poderiam atingir o crescimento ou desenvolvimento local e regional. Com base em propostas bem estabelecidas e em planilhas que seriam então analisadas por técnicos, especialistas e para a sociedade como um todo poderiam isso tem uma regra, uma metodologia, está trazendo já aqui o resultado poderiam chegar então qual seria o cenário econômico da cidade, do Município isso aqui não é verdade é um exercício, apenas foi uma forma de poderem aplicar para ver se funciona, então é simplesmente o exercício não precisa ser necessariamente encarado como Município da Lapa aonde teriam então relacionados direcionadores do desenvolvimento, condições de infra-estrutura, base empresarial, clima de investimento, mercado, estrutura urbana, condição social, base educacional, condições e relações de trabalho, sistemas de ciência e tecnologia, meio ambiente, ambiente institucional, a situação ideal seria que após a realização desses estudos, dessas análises e depois de se colher a opinião das pessoas envolvidas no processo tivesse um círculo perfeito que daí diria que o Município estaria como toda a velocidade a todo o vapor em direção ao desenvolvimento local e regional, nesse caso viriam a escala que varia de menos cento e cinquenta que seria um ambiente muito desfavorável para até cento e cinquenta que seria um ambiente muito favorável, vê ali condições de infraestrutura com boa pontuação, base educacional, o Município com as suas instituições, o Estado com as escolas, condição social relativamente tem um IDH que as pessoas sabem que é intermediário, existe cerca de trinta por cento dos Municípios do Estado do Paraná que tem IDH melhores do que da Lapa, mas tem cerca de setenta por cento que tem índice de desenvolvimento humano menor que a Lapa, é lógico que isso é somente para ilustrar um pouco assim o raciocínio como é que gostariam que fosse é uma meta difícil, todos os profissionais envolvidos na Secretaria sabem disso, mas está lá faz parte daquilo que estão olhando. Lei de Diretrizes Orçamentárias definido pelo Art. 165 da Constituição Federal que inclusive o Art. 165 é que remete para o Art. 35 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais é lá no fim da Constituição nesse Ato das Disposições Transitórias que está previsto que a LDO deverá ser entregue ao Poder Legislativo até o dia quinze de abril de cada ano e que o Plano Plurianual deve ser entregue junto com a Lei Orçamentária anual no final do ano até quinze de agosto. Redigiram uma solicitação ao Chefe do Poder Executivo o Prefeito Miguel Batista passando antes pela Procuradoria Geral e possivelmente deverá chegar a esta Casa para os Vereadores uma pequena alteração nesse rol de datas, pretendem se for do entendimento dos Vereadores fazer com que a LDO seja entregue então um mês depois até quinze de maio ou até trinta de abril, estão estudando e o caso dos outros anos daí seria somente a Lei Orçamentária até trinta de agosto para ganhar cerca de quinze a vinte dias, a obrigação da LDO ela tem que definir as metas e as prioridades incluindo as despesas de capital que são aquelas direcionadas para investimentos, inversões financeiras, aquisição de terreno, obras e instalações para o exercício financeiro subsequente, então a Lei de Diretrizes Orçamentárias que tramita na Câmara ela estabelece diretrizes para se elaborar o orçamento de dois mil e seis sempre um ano a frente, orientar a elaboração da Lei Orçamentária mesmo porque há uma amarra severa entre Plano Plurianual, Lei



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 08

de Diretrizes e Lei Orçamentária não pode se ter uma coisa no orçamento que não tenha sido prevista nas Diretrizes que não tenha sido previsto no Plano Plurianual como também como é um instrumento de Planejamento não se trata de um engessamento da administração pública se pode alterar o Plano Plurianual a qualquer momento desde que com aval da Câmara, assim funcionando também para a LDO e para o Orçamento. Inclui ali como atribuição da Lei de Diretrizes dispor sobre as alterações na Legislação Tributária, então vão perceber, por exemplo, que existe tanto na parte literal como nos anexos alguma coisa falando sobre se houver a questão da renúncia de receita se houver despesa de caráter obrigatório continuado, à parte da legislação tributária tanto o cadastro quanto a fiscalização tem muito a haver nesse aspecto porque aqui estão se estabelecendo as Diretrizes para o Orçamento, então tem que ter uma metodologia de cálculo para saber projetar quanto será arrecadado de IPTU, ISS tentando sempre chegar ao mais próximo possível da verdade. Na sua monografia de encerramento de curso de especialização de Contabilidade e Finanças verificou que ao longo da história do Município da Lapa tem se errado muito no ponto de vista orçamentário às vezes vinte e cinco, trinta por cento para mais, às vezes vinte e cinco, trinta por cento para menos, esse é um desafio que se tem neste mandato se tudo correr bem pretendem entregar o mandato com uma margem de erro muito menor é lógico que isto também não se faz da noite para o dia, terão que ter um esforço muito grande de metodologia, de adesão, integração com as outras Secretarias para que essa meta possa ser alcançada e ela também estabelece a política de aplicação das agências oficiais de fomento que no caso do Município não é necessariamente uma agência de fomento é uma Companhia de Desenvolvimento da Lapa que seria a COMLAPA não necessariamente nesse conceito porque a Agência de Fomento do Estado por exemplo é aquela que financia os recursos para obras e investimentos como aconteceu no ano passado em termos da infra-estrutura com pavimentação via paralelepípedo. Deixou consignado na memória de cada um dos presentes que a atual administração adota a metodologia do Banco Central no que se refere a resultado nominal, primário, porque existe duas metodologias da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central, então resolveram acompanhar a vertente do Banco Central, um mais um é dois tanto numa metodologia como na outra, mas existe uma pequena diferença alguns pegam a Secretaria do Tesouro Nacional que trabalha com determinados dados e o Banco Central com outros, mas o resultado é o mesmo faça ou por outro. A Lei de Diretrizes Orçamentária estabelece a previsão do equilíbrio entre as receitas e despesas, a situação ideal seria que tudo que foi arrecadado foi gasto a situação melhor ainda seria arrecadar "x" e gastar menos e a situação caótica seria arrecadar menos do que se gasta e daí que é o que acontece com o governo brasileiro fazendo com que se seja necessário emitir títulos para financiar a atividade pública. Os critérios e as formas de limitação de empenho a fim de garantir que se atinja as metas de resultado primário e nominal e a recondução da dívida é possível ver nos anexos que o Município contraiu dívidas para poder fazer obras isso é perfeitamente natural defendem isso a vida inteira se analisar do ponto de vista histórico normalmente das receitas próprias se sobrar dez por cento para investimento já é bastante é uma taxa considerada muito boa, tendo em vista o nível de atividade dos Municípios do Brasil, então mais dez por cento em trinta e dois milhões que são agora significa três milhões e duzentos mil o que não daria assim muita margem para fazer grandes obras, mas em uma outra linha que é a que defendem esses três milhões e duzentos mil entre aspas sobriam para o investimento ao invés de ele se traduzirem em obras por si só pretendem que eles se transformem em contra partida para recursos como esses que o Senhor Edevir Massao Scroccaro foi buscar em Brasília. Normas relativas ao controle de custo e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos, falava a pouco da questão dos subsídios futuramente quem sabe possa existir algum tipo de subsídio oferecido pelo Município, quando se fala em subvenção estão falando em atividades culturais, esportivas, filantrópicas, quando se fala em subsídio estão falando na empresa produtiva e também estabelece as demais condições e exigências para transparência que também tem um foco muito grande depois da Lei de Responsabilidade Fiscal de recursos a entidades públicas e privadas. Colocaram um



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata da Sessão Especial

Fl. 09

comentário também que a LDO quando falou do Art. 165 da Constituição acabou de citar o 169 mas a LDO também está como obrigação na Lei Quatro Mil Trezentos e Vinte e na Lei de Responsabilidade Fiscal nessa última prevista no Art. 4º da Lei Complementar Cento e Um. Depois da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal surgiram algumas inovações, novas atribuições as quais são o controle que tem que ser rígido, a questão da limitação do empenho que se limita porque a receita esperada num determinado momento com base em algum controle que é feito pela Secretaria pode ser observado que ela não se comporta como deveria se comportar ela pode passar arrecadar menos do que estava previsto, então bate o sininho vermelho limita-se o empenho quer dizer a partir desse momento pode-se, por exemplo, priorizar a folha de pagamento porque é uma obrigação, ver os contratos por ordem cronológicas para poder atender aqueles com obrigações mais prioritárias o lixo não pode parar e assim por diante, e esse controle seria orçamentário, operacional e financeiro do outro lado traz também a questão da programação. A programação financeira e novos projetos, o governo anterior utilizou uma metodologia que de certa forma funcionou porque entregou o Município com saldo positivo que era o antigo comitê de despesa, os funcionários de carreira e os Vereadores que participaram do mandato anterior acompanharam a execução orçamentária viam que se falava muito em comitê de despesas e que de certa forma funcionou e portanto entenderam que a idéia principal poderia ser aproveitada nesse mandato e é o que governo Miguel Batista está fazendo, mas com aperfeiçoamentos com melhorias. A primeira realização nessa concepção foi justamente substituir o nome não tratam mais como comitê de despesa utilizam o termo da Lei de Responsabilidade Fiscal que é programação financeira, porque entendem que o comitê de despesas cria no subconsciente do indivíduo o foco para despesa como se vai gastar e programação financeira tem a pretensão de criar no subconsciente do indivíduo o foco para gastar da onde vem programação financeira receita e despesa, primeiro se tem que saber quanto dinheiro a entidade tem e quanto ela pretende arrecadar para depois gastar, então essa é a questão da programação financeira. A função do anexo de metas fiscais a Lei de Diretrizes ela se divide em algumas partes poderiam basicamente dividir em três grupos que é a parte literal aonde estabelecem por escrito as regras, as obrigações, a possibilidade disso ou daquilo na parte literal depois tem o anexo de metas fiscais e ainda tem o anexo de metas físicas quando elaboravam a lei tinham que separar bem as planilhas porque fiscais e físicas às vezes era possível misturar porque as duas começam parecidas. O anexo de metas fiscais tem como objetivo demonstrar como será a condução da política fiscal para os próximos exercícios, então a Lei Complementar Cento e Um pede-se que faça uma análise dos três últimos anos e os dois seguintes como o objeto é dois mil e seis terão que analisar dois mil e cinco, dois mil e quatro e dois mil e três e os dois seguintes dois mil e sete e dois mil e oito e avaliar o desempenho fiscal dos exercícios anteriores. Esse anexo deve conter a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior, esse cumprimento de metas a cada bimestre ele é feito em Audiência Pública aqui mesmo nesta Casa acompanhado dos Vereadores, então o orçamento de dois mil e cinco se não lhe falhe a memória a Comissão de Economia e Finanças da Casa já definiu a data do dia trinta e um de maio para que estejam aqui e fica o convite para todos participar da avaliação do cumprimento das metas relativas agora nesse caso de dois mil e cinco na LDO a anos anteriores. Demonstrativos das metas anuais instruídos com memória de cálculo e metodologia de cálculo que justifique os resultados pretendidos comparando-as com três exercícios anteriores, tem a impressão apesar de todo o esforço dos funcionários de carreira que trabalharam no Departamento de Contabilidade da gestão anterior a então Assessoria Técnica Contábil ainda não conseguiram assim encontrar muitos detalhes a respeito de memória de cálculo e de metodologias a não ser que aquilo que vem realmente aqui para esta Casa. A evolução do patrimônio líquido também nos últimos três exercícios, o patrimônio líquido é que vai definir se o Município é lógico que o objetivo da atividade pública não é o lucro, fazem um pequeno comparativo com a iniciativa privada é o patrimônio líquido que vai demonstrar se o Município teve lucro ou não ou se ele está crescendo ou não, se está ampliando seu patrimônio ou não. A



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 10

avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio dos Servidores Públicos, sabem que o Vereador João Antonio Martins junto com o Presidente desta Casa o Vereador João Renato não puderam-se fazer presentes em função da busca do aperfeiçoamento que estão fazendo fora da cidade, mas o Vereador João Antonio poderia até auxiliar depois nessa explicação de como funciona essa avaliação da situação financeira e atuarial, financeira é quanto tem em caixa, atuarial seria todas aquelas tabelas de longevidade, de tempo de serviço, de se prevê quando que um funcionário vai se aposentar, quando que não e assim por diante para se chegar ao entendimento se o fundo próprio tem recurso suficiente para bancar essas aposentadorias e pensões. Também tem que ter na LDO demonstração da estimativa da compensação da renúncia de receitas e a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não tiveram até o momento não vislumbraram nenhum tipo de possibilidade de renúncia de receita, a renúncia de receitas é definida pelo Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ela então existe algumas regras para se caracterizar a renúncia ou não e despesa obrigatória de caráter continuado é aquela que o Município contrai a partir de um ato administrativo ou de uma lei e que aquela despesa vai se prolongar por mais de dois anos e aí nesse caso então derivado de lei e de algum ato administrativo ela também precisa essa despesa obrigatória de caráter continuado precisa ser disciplinada como é que as medidas de compensação poderão ser implementadas. Resultado primário a Lei de Diretrizes Orçamentárias como viram tem que apresentar o resultado primário que indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com as suas arrecadações, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras por isso resultado primário é igual a receita não financeira menos despesa não financeira para uma melhor compreensão receita não financeira é o total da receita orçamentária deduzidos os empréstimos, operações de créditos, as receitas provenientes de rendimento de aplicações financeiras e retorno de operações de créditos como juros e amortizações, recebimentos de recursos oriundos de empréstimos concedidos, aquela questão do subsídio se oferece subsídio reembolsável, as receitas de privatização que normalmente não há o que privatizar no Município, mas está no conceito e aquelas relativas superávits financeiros essas são receitas não financeiras para evitar a dupla contagem na concepção federal ou estadual não deve ser considerada como receita não financeira provenientes de transferências entre as entidades que compõe o ente federativo, a União passa o recurso para o Município não tem como se contar duas vezes, vai contar só no Município. Por outro lado as despesas não financeiras são todas as despesas orçamentárias menos as despesas com juros e amortizações da dívida interna e externa no caso da Lapa não tem, mas Curitiba apesar de ser um Município tem dívida externa com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido, ou seja, o resultado primário é receita menos despesa, se o resultado primário que é a receita não financeira menos a despesa não financeira a receita for maior do que a despesa, então haverá um superávit, ou seja, o resultado primário bancou as despesas e ainda sobrou dinheiro, por outro lado se as receitas não financeiras forem menor que as despesas não financeiras significa que o que arrecadou não foi suficiente para fazer frente ao que gastou, portanto, teria aí uma curva negativa e numa concepção apenas didática porque é praticamente impossível numa dinâmica tão ampla como é um Município, um Estado, um Governo Federal e praticamente impossível admitir que as receitas não financeiras sejam iguais as despesas não financeiras até no centavo se isso acontecer o resultado primário seria nulo naquela concepção autópica de que tudo que arrecadou gastou. A meta do resultado primário deverá ser fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias por isso que ela apresenta esse estudo que precede a elaboração do orçamento, o atingimento dessa meta deverá ser observado no momento da elaboração e da aprovação da Lei Orçamentária anual, bem como na execução Orçamentária Financeira no caso desta LDO que discutem o ano que vem, em síntese o resultado primário avalia se o ente está ou não vivendo dentro dos seus limites financeiros é mais ou menos como um cidadão viver gastando menos do que ganha, viver com o seu salário sem utilizar o cheque especial ele permite então se calcular necessidade de financiamento do gasto público. Numa linha sequencial tem o



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 11

resultado nominal que pode ser considerado como a própria necessidade de financiamento do setor público, por intermédio desse cálculo verifica-se se o ente necessitará ou não de empréstimos na sequência se gastar mais do que arrecada tem que arrumar uma forma de onde sair o dinheiro, o resultado nominal então é obtido acrescentando-se ao resultado primário que aquele que viram anteriormente os valores pagos e recebidos de juros nominais, juros líquidos decorrentes de operações financeiras, então parte-se dali a forma matemática o resultado primário positivo ou negativo com a conta de juros que são os valores recebidos de juros nominais os recebidos menos os pagos à soma entre resultado primário e conta de juros dá o resultado nominal. Se o resultado primário for maior do que a conta de juros haverá um superávit, se o resultado primário for menor que a conta de juros haverá um déficit e de novo ou topicamente se o resultado primário for igual à conta de juros terá um resultado nulo, não há necessidade de financiamento, se o resultado primário é maior do que a conta de juros também não há necessidade de financiamentos sobrar recursos, se por outro lado o resultado primário for menor que a conta de juros aí sim há necessidade de financiamento do setor público será evidenciado e terá que procurar as instituições financeiras em busca de operações de créditos para fazer frente de despesa. Havia informado logo no início que adotaram a metodologia do Banco Central ela é diferente dessa que foi apresentada que a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, mas basicamente o resultado nominal pelo Banco Central é a dívida fiscal líquida do exercício menos a dívida fiscal líquida do exercício anterior, sendo que nesse caso o resultado primário é o resultado positivo seria o déficit e o resultado negativo seria o superávit no anexo onde aparece resultado primário e nominal como a metodologia é do Banco Central onde tem valor negativo significa superávit e onde tem valor positivo significa déficit. Atendendo a solicitação do Vereador Cavalini pretende ser bastante simples embora a matéria seja complexa e trazer mais uma concepção didática de como que funciona as peças orçamentárias, o orçamento seria simplesmente traduzir em números tudo o que o Plano Plurianual definiu e tudo o que a Lei de Diretrizes Orçamentárias definiu.

Após a explanação do Secretário de Finanças e Planejamento passou-se as perguntas dos Vereadores.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse querer agradecer a explanação do Secretário Adriano que é muito porque não entende nada, muitas vezes fica perdido nas avaliações dessas peças orçamentárias e também aproveita para agradecer a presença dos colegas que trabalham com o Secretário Adriano e que sempre atenderam muito bem sempre estiveram prontos para esta Casa de Leis. Perguntou qual seria a capacidade de endividamento do Município hoje, o que o prefeito teria disponível para trabalhar hoje.

Respondendo o Secretário Adriano disse que também estão em busca dessa resposta, existe uma metodologia de cálculos definida pela Resolução 44 do Senado Federal que explica como calcular, mas o que tem acontecido a Márcia do Planejamento e a Cleuci que trabalharam nessa área o que tem acontecido quando se chega no Estado ou na União com a capacidade de endividamento calculada por si só normalmente eles tende a não aceitar, já estiveram na Secretaria do Desenvolvimento Urbano inclusive acompanhado do Secretário de Viação, Obras e Urbanismo o Senhor Antonio Carlos Pasdiora e o Prefeito também estava junto naquela oportunidade para que eles passem exatamente qual é a metodologia deles. No passado havia um pequeno software que é feito com base no aplicativo do Acces para se calcular essa capacidade de endividamento, mas a Secretaria não tem mais disponibilizado esse material e para se calcular a capacidade de endividamento tem também a necessidade de alguns documentos como certidões de negativas, trinta e um de março foi o último prazo para entregar a documentação no Tribunal de Contas, dia dezois de maio que foi ontem tiveram os últimos prazos para entregar o SIM AM – Sistema de Informações Municipais é o olho do Tribunal de Contas dentro do Município sem sair da sala deles estão controlando e gerindo com as informações que são apresentadas pelos técnicos. Estão em busca desse número definitivo, se recorda que no ano passado quando não havia assim números significativos de contração de crédito ele chegou a ser aprovado pela



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 12

Câmara em torno de dois milhões de reais, estão querendo acreditar algo em torno de um milhão e meio, um milhão e seiscentos, mas também esses números são estimativas.

Continuando o Vereador Cavalini perguntou se até o final do ano provavelmente tenham essa resposta da capacidade de endividamento do Município.

Respondendo o Secretário Adriano disse que a meta agora entregue a documentação quem sabe no mês de junho ou julho já se possa ter a capacidade de endividamento do Município calculada.

Continuando o Vereador Cavalini disse que sobre o Código Tributário se acha, por exemplo, esse retalho que tem de leis tributárias, essa complexidade que é, perguntou para o ano que vem será que isso seria possível pelo menos receberem um esboço tem essa possibilidade ou não, dar uma definição tributária para o Município para clarear Lei de Responsabilidade, Código Tributário, Estatuto da Cidade, o próprio Plano Diretor que exige contratação de funcionários, uma série de coisas.

Respondendo o Secretário Adriano disse que como o Estatuto da Cidade o Vereador Cavalini trabalharam juntos na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento quando o Estatuto surgiu e ele cria a figura do IPTU progressivo que ainda não tem, não está definido no ordenamento jurídico ainda a questão do IPTU progressivo, mas já está no Plano Diretor, então haveria até uma necessidade de adequação do Código Tributário Municipal com o Plano Diretor, apenas para justificar um pouco o Departamento de Fiscalização Tributária como já falou coordenado pela Fiscal Cláudia Andréa todos sabem a sua atribuição como funcionário de carreira é ser fiscal tributário, até tem levado essa mensagem para sua equipe que pretende gerir, utilizar, trabalhar como Secretário de Finanças com rigor que o cargo exige, mas sem perder de foco que é um funcionário de carreira que daqui a pouco o seu lugar vai ser ali no Departamento de Fiscalização Tributária. Houveram algumas transformações, foram chamados alguns fiscais e acabaram angariando outras responsabilidades e a mais nova contratada é a Flaviana Moro fiscal tributária antes dela veio o Marcos José Veiga Hannig, agora estão conseguindo estabelecer um corpo de fiscais tributários capaz de raciocinar em relação, não que os outros não eram capazes, ficou bem claro quantidade, número de pessoas para poder raciocinar. O Departamento de Fiscalização Tributária que é de Cadastro e Tributação que é chefiado pelo Kiko como chamam carinhosamente também tem a Mareci Adeli Barbosa Nunes dos Santos e Jurandir Gomes da Silva são três pessoas, então ao longo do tempo há então essa certa dificuldade de pessoal para raciocinar em relação ao cargo.

Continuando o Vereador Cavalini disse que tanto a administração anterior como a atual não corre risco de ser enquistada pelo Tribunal de Contas.

Respondendo o Secretário Adriano disse que não corre porque estão correndo contra o tempo.

Continuando o Vereador Cavalini perguntou se o Tribunal de Contas nunca citou nada aqui.

Respondendo o Secretário Adriano disse que por enquanto não porque eles sabem se Municípios como Ponta Grossa, Maringá, Guarapuava, Campo Morão tem dificuldades de ter um ordenamento tributário adequado, terão, por exemplo, adequar o Código Tributário a Lei Complementar Cento e Dezesesseis que deu nova cara para o imposto sobre serviços de qualquer natureza, estão cobrando ainda a taxa florestal que o Vereador Cavalini que é da área sabe os problemas que existem na execução. Existe também um outro pensamento e o Departamento de Fiscalização Tributária já apresentou um breve relato e encaminharam para a Procuradoria Geral com relação a alguns prestadores de serviços que pela nova lei complementar possivelmente estão estudando, mas é quase que claro possivelmente não sejam obrigados mais a recolher o ISS, no entanto estariam recolhendo, então tem a preocupação do Governo Miguel Batista quer cobrar apenas o que é devido, então o Departamento também está trabalhando nessa questão. Pretendem ainda formar comissões de estudos para que esse Código Tributário seja revisto o mais rápido possível, tem profissionais da área de Contabilidade, Administração, Economia, portanto pessoal



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 13

qualificado para tratar a respeito de tributos, mas viam também como interessante é a figura de um advogado para que pudessem na hora de redigir usar o termo adequado, se delicia aqui quando ouve produções dos Senhores Clóvis Wiedmer, Fabiano Kaled se vê que maravilha de que é essa integração entre Administração, Contabilidade, Economia e o Direito tinham no quadro de pessoal e continua sendo fiscal tributária que é a fiscal Samantha Cristina Covina Passarelli que hoje foi convidada e responde pela Assessoria Jurídica do Município a Procuradoria Geral que é assessorada por dois Assessores Jurídicos sendo a Samantha um deles. No início antes dela partir temporariamente haviam conversado para que essa responsabilidade ficasse ao seu encargo, então agora estão se organizando a Flaviana Moro dos Santos está chegando, o Marcos provavelmente deverá assumir a repartição do INCRA isso não é mais assim tão novidade, mas aos poucos vão conseguir dar conta dessas responsabilidades que são grandes, complexas e a preocupação é que se dê oportunidade para a sociedade discutir e essa oportunidade é aqui no Poder Legislativo através das suas Comissões e dos Vereadores.

Continuando o Vereador Cavalini disse que também nessa ênfase da conversa pediria que se pudessem aproximar mais a administração da Comissão de Controle e Fiscalização da Câmara na questão da formação do novo Código Tributário até para separar um pouco esse negócio de CPI qualquer coisa é CPI tem muitas coisas que nem precisa de CPI basta uma avaliação conjunta da Comissão de Controle e Fiscalização da Câmara Municipal com setor da Prefeitura e as Comissões, porque CPI pensa que não tem problema nenhum de investigar qualquer coisa, não tem constrangimento algum apenas dizer que CPI é o último nível de atuação do Vereador, não gostariam de gastar esse nível já primeira vez é apenas um pedido para que fizesse uma sincronia, um entrosamento com a Comissão de Controle e Fiscalização exatamente para que os Vereadores até que vão conviver muitos anos aqui dentro se Deus quiser possam ter informações no momento certo e na hora que precisam.

O Secretário Adriano disse que foi apenas um comentário também na questão da dívida ativa comentava que hoje é obrigado a executar inclusive há um dispositivo na própria Lei de Responsabilidade Fiscal que se tem que apresentar um percentual razoável de taxa de recuperação de crédito e essa missão já foi atribuída lá o Poder Judiciário e estão escalados agora só demanda aí mais alguns ajustes parece que falta a formalização oficial da fiscal Marisa e o fiscal Carlito que serão nomeados os oficiais *ad hoc* para fazerem árdua tarefa de notificar os inscritos em dívida ativa a comparecerem no Fórum para regularizar os seus créditos.

Continuando o Vereador Cavalini perguntou quanto a esse recadastramento como que podem ajudar, o que precisa, o que o morador do bairro precisa trazer.

Respondendo o Secretário Adriano disse que mais basicamente CPF, identidade, a própria inscrição imóvel.

Continuando o Vereador Cavalini disse que supor se a pessoa teve uma alteração na área útil da casa dele precisa declarar, fazer a retificação.

O Secretário Adriano disse que é só comparecer na Secretaria o Jurandir, a Mareci o Kiko e a Araceli, inclusive pretendem intensificar isso aí com campanha publicitária passando para a Assessoria de Imprensa, rádios, jornal porque esse recadastramento pode evitar transtornos futuros e o próprio Código de Obras e Posturas que aprovaram no ano passado ele exige uma porção de providências e aí está um pouco fora da alçada, mas tem haver com o Departamento de Fiscalização de Obras já se verifica uma porção de problemas evidentemente que o Governo Miguel Batista quer fazer isso de uma forma transitória, muito calma, tranqüila sem maiores constrangimentos, mas havendo então a necessidade essa é uma forma administrativa que o Município está oferecendo para não ser coativo para ele ser participativo.

Continuando o Vereador Cavalini perguntou supor quiser abrir uma empresa na Lapa quanto tempo demora o alvará no tramite.

Respondendo o Secretário Adriano disse que tem como meta desde o início dos trabalhos e lhe parece que isso já vem acontecendo historicamente lá no departamento, a meta é de dez a



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 14

quinze dias, parece bastante, mas é o tempo mínimo necessário para tramitar, já tiveram alvará que saiu em uma semana depende muito da complexidade da atividade porque envolve primeiro requerimento que chega lá para Jurandir e ele já analisa e vê, tem que vir com alguns documentos as vezes falta documentos, as vezes vislumbram que há necessidade de se incluir um documento que o Contabilista entende que não é necessário, mas do ponto de vista de assegurar as responsabilidades do Município as vezes consideram que é necessário. Lembra que recentemente um caso que tiveram que estudar buscar literatura, lei para poder entender quais os documentos que solicitariam para o alvará de funcionamento para uma empresa que tem no seu rol de objeto social vigia e aí descobriram que há uma diferença básica entre vigia e vigilante, até hoje comentava sobre esse assunto novamente onde que o vigia é um mero guardador de imóveis não que isso diminua a sua responsabilidade, mas a atribuição dele é cuidar daquele objeto, daquele imóvel que lhe é oferecido e o vigilante já tem uma responsabilidade um pouco maior aí a necessidade de trabalhar armado, transporte de valores, o do banco é vigilante o da prefeitura é vigia, se fosse vigilante não era o caso, mas se fosse vigilante teriam que exigir dele autorização da Secretaria de Segurança Pública do Estado que tem convênio com a atividade, e tem um outro detalhe que os fiscais tem que ir lá visitar o local para medir a área quadrada, porque o alvará é estabelecido por metragem quadrada tem que se ver se a atividade é compatível ou não e esse processo também vem para a saúde para que o Departamento de Saúde Pública através da Vigilância Sanitária verifique se há condições de higiene se são adequadas ou não ou se está faltando banheiro se tem banheiro masculino e feminino essas coisas que também demanda no deslocamento. Por economia processual o Governo anterior adotou a metodologia que ainda está sendo mantida porque é uma idéia orgânica que parte dos funcionários de carreira por uma economia processual, o mesmo veículo que leva o Fiscal Tributário já leva o fiscal da Vigilância Sanitária. Tiveram alguns contratempos estão analisando há um estudo agora de se inserir nesse caminho a fiscalização de obras para que não aconteça como estão verificando parece que existe há um relatório onde se verifica a muito tempo atrás se concedeu um alvará de funcionamento para um estabelecimento aí vai lá e pergunta para o Kiko qual o imóvel que existe nesse terreno ele diz não tem imóvel, mas tem alvará vai lá vê verifica-se que existe o imóvel lá então é isso aí que querem tratar com muita cautela, com muito cuidado para não ter nenhum impacto. Possivelmente isso não possa ser feito nem nesse mandato porque é uma questão realmente muito complexa e vai demandar muito estudo, discussão para que seja feito tudo as transparências as claras e os Vereadores já percebem que está aqui sem a menor preocupação tratando assim bastante tecnicamente a questão.

Continuando o Vereador Cavalini disse que é lógico que na Lei Federal vai encontrar, mas não tem nenhuma experiência no Brasil de mudança para avaliar primeiro a Lei de Diretrizes Orçamentárias no ano que começa a administração, porque vai estar começando a sua equipe uma administração e o Plano Plurianual só vem o ano que vem, as pretensões, o planejamento fica um ano prejudicado, por exemplo, esse furo de planejamento que foi visto em vários anos passados seria mais fácil ser corrigido pensa sem ser técnico no assunto se pudessem adequar começar a administração com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, com o Plano Plurianual no primeiro dia de governo do novo administrador, não tem como furar esse bloqueio Federal, não tem uma experiência no Brasil, uma jurisprudência.

Respondendo o Secretário Adriano disse que existe sim, mas não havia diferente do que o Vereador Cavalini levanta a sua questão é muito pertinente acredita que ela seria a situação ideal, mas a grande dificuldade do Plano Plurianual é justamente a sua elaboração, então se dá aí em quinze de agosto oito meses para a nova administração verdadeiramente fazer constar no Plano Plurianual o plano de governo defendido em campanha.

Continuando o Vereador Cavalini perguntou se daria para fazer primeiro de janeiro a trinta de março.

Respondendo o Secretário Adriano disse que no Município como a Lapa às vezes dá a impressão de que o Município está inchado se fala em mil e quinze funcionários, tem visto por



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 15

exemplo que o Departamento de Planejamento está aqui a Márcia é o exercito de um homem só ela e ela, estão pleiteando um estagiário, a Assessora Técnica Contábil é lógico que tem ao seu lado o Departamento de Contabilidade que tem o Edson, César, Ananias, Antonio, Sumaia, Helena, mas a Assessora Técnica Contábil também é um exército de um homem só, as vezes esbarra também nessa questão de qual seria a estrutura adequada para que pudessem em três meses dar conta do Plano Plurianual, diria até duas questões que gostaria de levantar agora em relação ao que o Vereador Cavalini disse. Primeira delas citou a questão da dificuldade de se avaliar o Plano Plurianual e gostaria de transportar essa dificuldade, por exemplo, muito cuidado para não parecer uma critica vil a dificuldade que estão tendo no primeiro ano de governo em que o Orçamento, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes foram definidas em anos anteriores com relação ao próprio orçamento, hoje viam enquanto elaboravam esta apresentação junto com a Cleuci e o César vinha a cada passo trazer mais uma necessidade de suplementação, entra um pedido de despesa de dois mil reais, dez mil reais não tem dotação vai para suplementação, e ai ficam pensando como o prefeito lhe questionou esses dias, mas Adriano o Orçamento não está estipulado em trinta e dois milhões de reais, disse está, e como que não tem dotação, não tem dotação porque a administração anterior resolveu pulverizar atendendo provavelmente recomendações técnicas, está tentando aqui ser o mais técnico possível também para não parecer critica vil, não é uma critica vil é uma constatação, tiveram dificuldades na área da saúde porque não foi previsto dotação orçamentária para determinado tipo de convênio, tiveram dificuldades em outras áreas porque acabou não sendo prevista a fonte de recurso e além de que foi pulverizado.

Continuando o Vereador Cavalini disse que tem que se evitar isso para que daqui quatro anos não cometer o mesmo erro.

Respondendo o Secretário Adriano disse que esse é o desafio já tem essa pretensão faz parte daquela estratégia também de diminuir a margem de erro.

Continuando o Vereador Cavalini disse que vão deixar o orçamento mais definido.

Respondendo o Secretário Adriano disse que o ideal seria o próprio Assessor Técnico Contábil da gestão anterior antes da briga ele dizia na época virou celebridade agora com um determinado jornal da cidade documento que ele mesmo fez e errou, dizia que a situação ideal seria definir um orçamento adequado para a saúde, educação e para o resto aí se teria uma unidade orçamentária para o resto, mas isso é praticamente impossível por questões legais, estrutura administrativa, então são nove secretarias mais o gabinete que terão que ter uma estrutura de dotação orçamentária, mas o que pretendem é a elaboração do orçamento e virá para a Câmara fazer com que ele já venha com maior número de contas que chamam de sintéticas. A conta sintética é aquela em que abaixo dela define uma série de outras evidentemente que precisam ver em aplicações legais em relação a isso e não descendo o nível dessas outras que seriam as analíticas onde apareciam a dotação orçamentária de mil reais, dotação no universo do Município, dotação orçamentária para determinada atividade mil reais parece pouco, então ao invés de trabalharem muito com as analíticas trabalharem com as sintéticas por uma experiência que utilizaram em dois mil e três como Presidente desta Casa e que lhe parece que funcionou em dois mil e quatro no mandato do Vereador Marco Bortoletto.

Continuando o Vereador Cavalini perguntou se poderiam criar dentro da conta sintética outras rubricas para repasse de verbas.

Respondendo o Secretário Adriano disse que exatamente aí fariam um empenho para aquela conta analítica, mas ela no orçamento teriam uma conta sintética se são por exemplo cinquenta mil reais, quinhentos mil reais que seja na conta sintética e abaixo dela o porque tem que fazer esse exercício ele não vai poder sumir estão verificando legalmente se ele pode sumir da lei orçamentária para que venha para cá só as contas sintéticas, material de consumo é uma porção de coisas, então vai definir essa porção de coisas e vão chegar lá quinhentos mil reais para determinadas secretarias, na hora da execução orçamentária seja que tipo for de material de consumo a dotação está lá senão a Cleuci tem que fazer decretos.



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 16

Continuando o Vereador Cavalini disse que aprovariam aqui só as sintéticas.

O Secretário Adriano disse que terão que detalhar no orçamento da Câmara já é feito detalhar as contas de gastos com pessoal e obrigações patronais, essas teriam que entrar no detalhe da conta analítica e as demais estão agora estudando essa possibilidade, estarão acionando o Senhor Gabriel Maccagnani Carazzai a sua estrutura da Procuradoria Geral para os auxiliar nesse entendimento, se foi aplicado na Câmara o Tribunal não questionou e tem funcionado bem então querem entender que isso possa ser projetado para o Município, não dá para tratar uma única orçamentária outras áreas vão ter que ter todas elas, mas acredita que haja essa possibilidade de fazer via conta sintética. A outra consideração da questão que deverá chegar a esta Casa senão ainda nessa semana na próxima pequenas alterações que fizeram dada uma revisão na parte literal, verificaram, por exemplo, um percentual que fixaram de margem de expansão para despesa obrigatória em caráter continuado que veio para esta Casa está aqui com dois e meio por cento, mas depois numa revisão detalhada verificaram que ela pode ser até cinco por cento, podem até nem usar esse dispositivo, mas porque limitá-la a dois e meio se pode ser cinco, então esse tipo de alterações estarão encaminhando também para os Vereadores.

Continuando o Vereador Cavalini perguntou se não correm o risco de ter lá na frente se o Secretário Adriano e sua equipe adotando essas sistemáticas do Banco Central e tem um orçamento meio conservador do ponto de vista de investimentos uma vez que Banco Central trabalha disparidade primária, naquela coisa de taxas de juros altas, perguntou se não tem esse problema.

Respondendo o Secretário Adriano disse que acredita que não porque utilizam uma metodologia de cálculo dependendo do resultado primário ou nominal ele tem força para isso ele mexe na variação cambial na taxa silic na taxa de juros interna enfim ele se utiliza de instrumentos de política monetária para que o dinheiro se torne mais disponível na praça ou menos disponível, então ele tem essa força.

Continuando o Vereador Cavalini perguntou se tiver uma dívida acumulada no orçamento de repente sobe muito a taxa de juros, o contingente não atinge o seu contingente lá não tem problemas.

Respondendo o Secretário Adriano disse que não porque os tributos federais o INSS tem uma vertente a Receita tem outra são mais ou menos parecidos, mudam um pouco a multa, mas basicamente concentram a correção dos tributos, dos débitos com a taxa silic na competência no mês do pagamento se não tiver definido ainda a taxa Silic é um por cento e tem variado em torno de três, quatro por cento ao mês para o Município o fator de correção dos tributos é o FCA definido pelo Estado então é o Fator de Conversão e Atualização qualquer que seja o resultado nominal, a metodologia de cálculo é do Banco Central obtiveram esses resultados corrigindo isso com o FCA ele tem variado em torno de dez por cento apenas ao ano, tanto é que os Vereadores, a população em geral devem constatar um certo elogio oculto para a atual administração quanto a correção do IPTU pareceu bastante tranqüila, algumas pessoas tiveram nos seus talões um valor um pouco maior, mas o motivo principal foi a taxa de combate a incêndio que foi criada no governo anterior como Vereador ajudou a aprovar para poder financiar as atividades da defesa civil lá com o caminhão do corpo de bombeiros que era uma ansiedade da população e que a expectativa é em torno de cinquenta mil reais de arrecadação no ano, já atingiram a cifra de dezoito mil reais até aqui que é via talão de IPTU, lhe parece que houveram reclamações, problemas seguramente a polêmica sempre existe, mas lhe parece que em relação a outros anos, principalmente o pessoal que trabalha no departamento lá pode dizer que houve assim uma transição tranqüila porque adotaram o IPTU ele sofreu uma correção de cinco vírgula oitenta e nove por cento, se pegar o talão como um todo ele teve uma variação um pouco maior de até dez por cento por dois fatores pela taxa bancária que aumentou e pela taxa de combate a incêndio, o emolumento estava há dois anos, três anos não sabe era um real e vinte e seis centavos que se cobrava para repassar para a instituição financeira e daí passou para um real e cinquenta e um centavo que deu um certo impacto principalmente naqueles que tinham o montante do IPTU



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 17

menor, um real e cinquenta e dois centavos num IPTU de cem reais ele representa uma coisa, um real e cinquenta e um centavo num IPTU de dois mil reais representa alguma coisa bem menor.

Continuando o Vereador Cavalini agradeceu a presença do Secretário Adriano e ficou muito agradecido das instruções.

Com a palavra o Vereador Juciel disse querer agradecer a presença do Secretário Adriano e de sua equipe é muito importante para os Vereadores para que possam tirar as dúvidas, perguntou com relação à dívida ativa dos munícipes se tem mais ou menos os valores do que seria.

Respondendo o Secretário Adriano disse que foram protocolados na administração anterior uma série de processos no cartório civil e lembra que agora adiantaram custas para poder esses processos andarem em torno de mil cento e setenta execuções fiscais que variam de cem reais, mil reais, dois mil reais.

Continuando o Vereador Juciel perguntou se a maioria é IPTU.

Respondendo o Secretário Adriano disse que tem ISS, IPTU, não tem ITBI porque somente faz a escritura se pagar, então a pessoa é praticamente obrigada a pagar, basicamente é IPTU e ISS e o alvará de funcionamento que é anual.

Continuando o Vereador Juciel perguntou se tem um planejamento para esse ano mais ou menos quanto vão poder cobrar disso daqui uma meta.

Respondendo o Secretário Adriano disse que ela vai ter que caminhar com a velocidade da justiça, então até as providências o Carlito já era nomeado oficial *ad hoc* vai fazer a função do Bueno, do Liumar senão o Município teria mais esse dispêndio e a Marisa também está aguardando, agora encaminharão a Procuradoria Geral a nomeação e daí o Juiz tem que homologar, não sabe em que pé que está o da Marisa eles é que vão pegar a notificação e chegar e dizer educadamente como faz parte da personalidade de cada um dizer Adriano infelizmente está aqui está lá no Fórum e daí o Kiko vai dizer foi avisado e colocado no jornal várias vezes e agora a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a taxa de recuperação de crédito para ser boa tem que ser acima de cinquenta por cento não é a Lei de Responsabilidade Fiscal a jurisprudência o entendimento dos tribunais de contas, tem vários anos quer acreditar que dois mil e quatro não haja nenhuma ainda porque se tem um período ela fica de molho e um e dois anos respeitando sempre o princípio da decadência e da prescrição o Município tem sempre tomado o cuidado vai prescrever ou vai decair vai perder o direito ao crédito executa, mas antes são feitas tantas e quantas tentativas sejam possíveis na via administrativa.

Continuando o Vereador Juciel perguntou qual a porcentagem do gasto com pessoal hoje na Prefeitura com encargos e salários.

Respondendo o Secretário Adriano disse que se analisarem mensalmente veriam que variou em torno de quarenta e seis e pouco quase chegando no quarenta e sete ou pouco acima do quarenta e sete falando de janeiro fevereiro e março, numa retrospectiva como pretende a Lei de Responsabilidade Fiscal que é uma análise dos últimos doze meses esse índice chega a quarenta e oito daí a dificuldade de oferecer ao funcionalismo um percentual um pouco maior lhe perdoe estar antecipando essa discussão dos Vereadores na próxima Sessão primeiramente pensaram em dezessete por cento, depois foram reavaliando e pensaram no quinze vírgula trinta e oito por cento do reajuste do salário mínimo justamente para não diferenciar para não dar o percentual para um e para outro, e acabaram encaixando dez por cento de uma vez só, viram a experiência de Curitiba que parece que vai dar de seis a oito por cento fracionado duas ou três vezes. Acabou de ler no jornal o seu pai trabalhou muitos anos em Itajaí então ele recebe o jornal da Associação dos Funcionários Públicos de Itajaí e eles comemoravam apesar dos dissabores das dificuldades, no mercado mesmo outro dia encontrou um companheiro seu que é funcionário de carreira também, mas só dez por cento esse é o drama né, é o drama de quem recebe é pouco e quem paga é bastante, mas nesse jornal da Associação dos Funcionários Públicos de Itajaí explicando que eles vão ter doze por cento de aumento dividido em quatro parcelas. Decidiram não escalonar dado o avanço da discussão envolveram também o Secretário de Administração para racionar em conjunto e verificaram que tendo em vista esse comportamento na Audiência Pública que viram



Poder Legislativo do Município da Lapa

Estado do Paraná

Ata da Sessão Especial

Fl. 18

que em dois mil e quatro teria encerrado com quarenta e oito quase quarenta e nove por cento, então é mais ou menos nessa faixa, esses dez por cento fariam uma projeção que fizeram para doze meses tendo em vista um pequeno ganho de arrecadação trinta e dois milhões dividido por doze seriam dois milhões e seiscentos por mês, mas como os trinta e dois milhões tem que se trabalhar com a receita corrente líquida então seria em torno de vinte oito milhões isso tudo estimativa são pensamentos, projeções e o que daria em torno de dois milhões e quatrocentos a arrecadação e é mais ou menos o que tem conseguido é lógico que tem aí o ISS tiveram o IPTU agora está saindo o alvará, mas estão muito otimistas, as projeções chegam a mais ou menos quarenta e nove vírgula oito e não podem esquecer que o limite prudencial é cinquenta e um vírgula três porque o cinquenta e quatro é o teto. Aqui na Câmara tem gasto dois vírgula sete por cento da receita corrente líquida e pode chegar a seis por cento, tiveram a seguinte análise que tem que se levar em conta décimo terceiro, férias, as funções gratificadas por isso que a proposta não alcança inicialmente a função gratificada embora tenham pleiteado isso numa discussão que envolveu alguns profissionais e daí a prudência mandou que não alcance a função gratificada, mas vê que o Vereador Juciel inclui essa correção da função gratificada que faz tempo que não se corrige, lhe parece muito interessante a proposta e amanhã mesmo já estará entrando em contato com essas pessoas que estudaram os processos para ver qual seria o impacto.

Continuando o Vereador Juciel perguntou qual a arrecadação do pedágio da cidade.

Respondendo o Secretário Adriano disse que basicamente antes do aumento de três reais e sessenta centavos arrecadava trinta e cinco mil reais mês e agora a quatro reais e dez centavos está se arrecadando quarenta e um mil reais essa é a provisão para o décimo terceiro, até hoje estava verificando com muita satisfação que já tem é uma provisão não quer dizer se houver uma necessidade, uma calamidade depois tenham que usar infelizmente vai ter que usar, mas tem uma provisão já de quatrocentos e vinte e cinco mil reais para décimo terceiro num montante que deve chegar a um milhão em quatro meses tem quarenta por cento já do décimo terceiro garantido isso se não levarem em conta os recursos da saúde e da educação se considerarem que esse décimo terceiro de recursos livres que chamam tem que ser somente para pagar os funcionários de outras áreas daí o teto é quinhentos mil, a idéia é estocar um pouco de dinheiro na medida do possível para se houver necessidade fazer frente a saúde e educação, mas seguramente eles deverão conseguir pagar o décimo terceiro, educação com o FUNDEF e a saúde com os quinze por cento constitucionais.

Continuando o Vereador Juciel perguntou se os professores são pagos somente com o FUNDEF os salários deles.

Respondendo o Secretário Adriano disse que os que são alcançados pelo FUNDEF que na atual concepção os professores de pré-escola não podem ser pagos com dinheiro do FUNDEF, mas os salários dos professores na totalidade usando os sessenta por cento do FUNDEF, há exceção dos professores de pré-escola que daí é com recursos livres, mas destinados para a educação também.

Continuando o Vereador Juciel perguntou no ano passado a Deputada Clair colocou na emenda o orçamento da União noventa mil reais para duas pontes não se sabe já está interado dessa questão e já venceu essa possibilidade.

Respondendo o Secretário Adriano disse que o Senhor Davi e a Senhora Vera e o Prefeito foram em busca de recursos como foi noticiado nos jornais e lá o Senhor Davi retornou contando que teve a oportunidade de conversar com a Doutora Clair e ela estava um pouco brava com a Lapa porque os prazos que seria trinta e um de dezembro de dois mil e quatro e não teriam sido entregues, mas se lembra perfeitamente de um Assessor de Gabinete ter comentado que a Doutora Clair estava bastante nervosa porque ela tinha utilizado recurso de emenda dela e perdeu a emenda e sabe se hoje também que no orçamento da União o recurso mais garantido é o de emenda parlamentar, os outros são duvidosos, o da emenda parlamentar carimbou vem mesmo. Também tiveram infelizmente a negativa do ex-prefeito que tem os seus motivos não cabe aqui nenhuma crítica, mas o Vereador Leandro Borges que é filho do Senhor Luiz Carlos Borges sabe



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata da Sessão Especial

Fl. 19

muito bem o drama que foi para tentar que ele assinasse um documento referente ao Museu do Tropeiro e ele infelizmente não quis assinar e como era um documento de trinta e um de dezembro de dois mil e quatro só o Museu do Tropeiro era em torno de duzentos e cinquenta mil que deixou de vir para o Município.

Continuando o Vereador Juciel disse se pudesse levantar essa questão e lhe dar o retorno agradece. Nas metas e prioridades do orçamento tem ginásio de esportes, moradias, calçamento, pavimentação das ruas perguntou se poderia adiantar alguma dessas obras aí que são de grande relevância, mas que acha que pode ser feito esse ano ou no ano que vem.

Respondendo o Secretário Adriano disse que seria estabelecido mais para dois mil e seis, agora também tem a questão dos tempos, das datas de licitação está correndo uma porção de coisa aí de convênios, está sendo feita uma licitação de uma ambulância que já está o recurso depositado, então tirando essa parte da burocracia sabe-se que há uma vontade muito grande do Prefeito Miguel Batista de recapar a Rua Joaquim Linhares de Lacerda a idéia é deixar as entradas da cidade bonita, como o governo anterior priorizou a Avenida Manoel Pedro e parabenizou, pois está bonita. A idéia agora seria essa outra entrada por Campo do Tenente, há também a vontade enorme do Prefeito e até já separaram recursos para isso está orçado em cento e vinte oito mil reais a ponte que liga a rua do Polivalente ao Monsenhor Henrique e há também uma vontade muito grande do Vereador Vilmar enquanto estava presente cochichava no seu ouvido parece que até apresentou um requerimento nesse sentido com relação à rua do Detran devido a utilização, mas existe assim vários projetos tem alguma coisa que já está em andamento outra vontade é a de se pavimentar a Juscelino Kubitschek, agora em termos de prazo realmente teriam uma dificuldade momentânea para poder se dizer. Sabe que o recapeamento e a ponte ele quer ver se faz esse ano ainda.

Continuando o Vereador Juciel perguntou quanto ao ginásio de esportes.

Respondendo o Secretário Adriano disse que tiveram até visitando algumas estruturas em Curitiba foi juntamente com o Secretário de Obras Viação e Urbanismo e o Prefeito e verificaram que uma estrutura que fosse adequada para fazer parte de um calendário esportivo do próprio Estado enfim com as dimensões com todo aquele aparato não é uma quadra coberta, seria muito bom se viesse fazer parte do incentivo a prática do esporte, mas a concepção seria um ginásio de esporte mesmo e tiveram uma surpresa em relação a um milhão e setecentos mil reais mais ou menos o recurso necessário que seria para se construir um ginásio de esportes nessa concepção. Elaboram essa Lei de Diretrizes também com base no material que foi fornecido no esforço psicológico de todas as unidades orçamentárias e essa é uma proposta que vem do Departamento de Esportes não é em torno de um milhão e setecentos, mas isso é um sonho que toda a administração tem seguramente não é diferente aqui para essa administração. Nessa visita que fizeram a Secretaria do Desenvolvimento Urbano viram lá que eles tem projetos padrões, então o Governo do Estado Requião fez um concurso público entre arquitetos e engenheiros civis para que eles apresentassem projetos padrões habitacionais, unidades esportivas, unidades educacionais, saúde e entre elas lá também tem ginásio de esportes que é um foco que também pode ser trabalhado de repente é uma via para se conseguir os recursos. O Doutor Carazzai está avaliando agora qual o impacto do não cumprimento dos vinte e cinco por cento com gastos com a educação, podem afirmar com bases nos documentos que já foram enviados para o Tribunal de Contas que estão de posse da Contabilidade também da Procuradoria Geral que infelizmente no ano de dois mil e quatro não foram investidos os vinte e cinco por cento dos recursos na educação, agora estão estudando qual é o impacto disso seguramente o Tribunal de Contas oferecerá via administrativa para defesa, mas pode ter alguma explicação, mas também pode trazer algum transtorno nesse sentido porque dias desses havia até a necessidade de se assinar uma declaração de que foi investido vinte e cinco por cento na educação no ano anterior e aí o Prefeito infelizmente não pode assinar no rol de documentação de projetos, então vão aguardar agora para ver qual o impacto seguramente a administração irá se defender o Doutor Carazzai que vai ver quais são os meios jurídicos, mas no sentido de que é um novo mandato para ver se não



Poder Legislativo do Município da Lapa *Estado do Paraná*

Ata da Sessão Especial

Fl. 20

perde o rumo da história, consolidado vinte e quatro vírgula vinte e três por cento parece o índice que foi alcançado, tomará que haja uma explicação e tenha sido utilizado recurso livre para pagar coisas da educação, fazem votos de que a situação possa ser regularizada.

O Senhor Presidente Leandro Borges agradeceu a presença do Secretário de Finanças e Planejamento Adriano Hamerschmidt nesta Casa de Leis e parabenizou o seu trabalho nesses cinco meses e deixou a palavra para as suas considerações.

O Secretario de Finanças e Planejamento Adriano agradeceu o convite é sempre um prazer estar aqui nesta Casa de Leis é uma honra, confessa que é um pouco diferente ser convidado como Secretário, como Vereador a concepção é outra às vezes fica aqui durante a Sessão mesmo mas que saudade porque aqui é um ambiente favorável, de intelectuais, de pessoas que estão preocupadas com o Município com desenvolvimento, crescimento, então é sempre um prazer estar entre pessoas mais inteligentes é por isso que aceitou prontamente o convite e quer agradecer os Vereadores e ao público que teve essa paciência para ouvir essa apresentação.

Sendo o que tinha para constar, após lida e aprovada, será a presente ata por todos os Vereadores assinada.

Dirceu
Adriano Hamerschmidt
J. Carvalho
Adriano
Adriano